

## Editorial

Esta edição da Revista RET-SUS traz em primeira mão para você uma entrevista exclusiva com o Ministro da Saúde, José Gomes Temporão. Entre outros assuntos, o Ministro vai falar sobre o lugar da formação dos trabalhadores de nível médio no PAC Saúde – Mais Saúde, sobre a Fundação Estatal, o Profaps e o Telessaúde como importantes iniciativas do Ministério de valorização dos trabalhadores do SUS. Além disso, ele faz um balanço desses 20 anos de Sistema Único de Saúde no Brasil.

No Espaço do Aluno, você vai ver como três técnicas em saúde bucal, formadas pela Escola Técnica de Blumenau, e uma agente comunitária de saúde transformaram sua prática profissional através do teatro e da música, formando um grupo de teatro interdisciplinar que, além de levar educação e informação em saúde para diferentes usuários do SUS, ainda discute e reflete sobre sua prática profissional.

Uma matéria sobre o Congresso dos Secretários Municipais de Saúde (Conasems), que aconteceu em abril em Belém do Pará, traz em destaque, além dos principais temas discutidos nos quatro dias de reunião (integralidade e intersetorialidade, redes de saúde, financiamento do SUS e Amazônia Legal), as duas oficinas que aconteceram no congresso tendo como tema a gestão do trabalho e da educação na saúde: 'Papel do Estado na Ordenação da Formação na Área de Saúde' e 'Gestão do Trabalho e a Contratação da Força de Trabalho na Saúde'.

A matéria de capa é a cobertura completa da 7ª Reunião

Geral da RET-SUS. A Reunião, que aconteceu em Cuiabá, Mato Grosso, nos dias 11, 12 e 13 de junho, tratou de assuntos como educação permanente, telessaúde, certificação e avaliação por competência, formação docente e Programa de Formação na Área de Educação Profissional em Saúde (Profaps). Ao final do encontro, as Escolas reuniram-se em grupos de trabalho sobre cada tema para pensar nas perspectivas, desafios e estratégias que ampliarão sua capacidade de atuação não só no que diz respeito à qualificação dos trabalhadores técnicos do SUS e de seus docentes, que são também trabalhadores do SUS, como também na gestão do sistema.

Nessa Reunião, foi anunciado também que as funções e atividades da Secretaria Técnica da RET-SUS, desde o ano de 2000 sob a responsabilidade da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz), foram transferidas para a Coordenação de Ações Técnicas do Deges/SGTES/MS.

Esta é a última edição da Revista RET-SUS editada pela EPSJV. Gostaríamos de agradecer a vocês, leitores, que nos acompanharam todo esse tempo participando conosco desse grande desafio que é o de consolidar a Rede de Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde (RET-SUS) como uma rede de educação profissional em saúde.

Abraços e boa leitura.

**Renata Reis**

Secretaria Técnica da RET-SUS  
EPSJV/Fiocruz

cartas



Sou técnica do Escritório Regional de Saúde de Peixoto de Azevedo e gostaria de receber a Revista para atualizar e repassar as informações aos nossos municípios de abrangência. Trabalho com as equipes do Programa Saúde da Família e sou instrutora do curso introdutório do Programa.

**Loredanea Menezes Coimbra**  
Peixoto de Azevedo-MT

Gostaria muito de receber a revista RET-SUS mensalmente, pois sou trabalhadora incansável da área de saúde e acredito que a informação é uma das principais vias para trilhar bons caminhos e alcançar os resultados desejados.

**Nara Cristina Viana Macedo**  
Diamantina-MG

Sou estudante de psicologia da universidade de Santa Cruz do Sul e adoraria passar a receber os exemplares da Revista em casa. Os assuntos são de grande utilidade em políticas públicas em saúde.

**Janaina Fornari**  
Lajeado-RS

Conheci a Revista através de uma colega docente em enfermagem. Como também estou atuando na área, tenho certeza de que as informações da Revista contribuirão muito para a minha prática na formação de recursos humanos em saúde.

**Clarissa Bottari**  
Rio de Janeiro-RJ

Sou enfermeira/docente e gostaria de receber a Revista RET-SUS. Faço muitos trabalhos com os alunos sobre o SUS e tenho certeza de que a revista só vem aprimorar nossos conhecimentos.

**Magdala Nóbrega**  
Santa Luzia-PB

## ‘Certamente o SUS é a maior obra de social deste hemisfério’

**J**osé Gomes Temporão é doutor em saúde coletiva e autor dos livros ‘Vacinas, soros e imunizações no Brasil’, ‘Saúde: promessas e limites da Constituição de Eleutério Rodriguez Neto’ e ‘A propaganda de medicamentos e o mito da saúde’. Foi diretor geral do Instituto Nacional do Câncer (Inca), Secretário Nacional de Atenção à Saúde e, atualmente, é Ministro da Saúde. Nesta entrevista, ele fala sobre o Mais Saúde, a fundação estatal, o Profaps e avalia os 20 anos do SUS.

### **Quais as principais relações que se pode estabelecer entre saúde e desenvolvimento?**

Neste momento a saúde representa quase 10% tanto do Produto Interno Bruto (PIB) quanto dos postos de trabalho existentes no Brasil. Ressalte-se que, na média, os trabalhadores da saúde são empregados mais qualificados que na economia em geral e tal tendência certamente se acentuará no futuro. É um setor que tenderá a crescer nas próximas décadas em função da incorporação tecnológica e do envelhecimento populacional. É ainda um setor no qual há um claro déficit na balança de pagamentos, na medida em que dependemos de equipamentos e fármacos. Temos defendido a tese de que saúde não é apenas um gasto adicional, mas que pode ser um componente muito relevante do processo de desenvolvimento.

### **Qual o lugar que a formação de trabalhadores técnicos tem no PAC da Saúde – Mais Saúde?**

No eixo da Força de Trabalho em Saúde do Mais Saúde, ganha destaque a ação de capacitação de técnicos de nível médio em áreas estratégicas para a saúde, através do Programa de For-

mação de Profissionais de Nível Médio para a Saúde (Profaps). Nele, se estabelece a meta de qualificar 260 mil técnicos de radiologia, patologia clínica, citotécnico, hemoterapia, manutenção de equipamentos, higiene dental, prótese dentária, vigilância em saúde, além dos agentes comunitários de saúde (ACS), atendentes de consultório dentário (ACD) e cuidadores para pessoas idosas, entre outros. É a quinta ação do eixo ‘Força de Trabalho em Saúde’ e a que tem, ao mesmo tempo, objetivos mais ousados. Estamos muito conscientes de que a formação técnico-profissional é de grande relevância para a consolidação e qualificação do SUS.

### **Os recursos para implementação das ações do PAC da Saúde – Mais Saúde dependem da aprovação da Emenda Constitucional 29 com indicação da fonte de financiamento? Quais são as alternativas?**

Há uma compreensão generalizada e pluripartidária de que são necessários mais recursos estáveis para o financiamento da saúde. Todos os movimentos que temos visto no Parlamento reafirmam essa tese. Nesse sentido, a regulamentação da EC 29 tem recebi-

do grande atenção. No presente momento, tal matéria se encontra em análise no Congresso Nacional, que certamente terá a sabedoria de assegurar recursos para garantir a saúde de nossa população através do nosso Sistema Único de Saúde.

### **A proposta de criação da Fundação Estatal como regime jurídico para a gestão dos hospitais e talvez de outras instituições sofreu muitas críticas, especialmente do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Qual o limite de negociação que o governo aceita fazer em relação ao projeto para que ele seja aprovado no Congresso, sem perder sua função principal?**

Os avanços ocorridos no setor saúde e a própria dinâmica deste pujante mercado de trabalho exigem mecanismos que protejam socialmente o trabalho, mas que sejam mais flexíveis para agilizar a prestação de serviços. Tanto o nosso Ministério quanto o Conselho Nacional de Saúde agem no sentido de garantir o SUS, independentemente de discordâncias com relação às estratégias escolhidas. O próprio CNS qualificou o debate e chegou a uma agenda positiva de dez pontos que são

# engenharia de inclusão

uma referência para a discussão desse assunto tão apaixonante.

**Teve início, no ano passado, a Década de Recursos Humanos, prevendo compor um conjunto de iniciativas para a maior valorização dos trabalhadores de saúde e a consequente melhora dos sistemas de saúde em todo o mundo. Como o senhor vê a participação do Brasil?**

O Brasil é um país citado no Relatório Mundial da Saúde e tem vários de seus trabalhos reconhecidos no cenário internacional. A própria Aliança Global para a Força de Trabalho na Saúde tem como integrante do seu corpo diretivo, e único representante da América Latina, um dos dirigentes do Ministério da Saúde. Iniciativas como o Profae/Profaps, o incentivo à mudança da graduação, telessaúde e o PET Saúde (Programa de Educação Tutorial) são constantemente tomados como exemplos de boas práticas em distintos eventos internacionais.

**O SUS completa 20 anos agora em 2008. Quais as principais conquistas e o que ainda não se conseguiu avançar?**

Certamente o SUS é a maior obra de engenharia de inclusão social deste hemisfério. Avanços significativos na descentralização, na gestão compartilhada, no controle social foram registrados. A estratégia de saúde da família como reordenadora de todo o sistema é um enorme avanço. Na última Assembléia Mundial da Saúde, na discussão mais candente ocorrida, a de Revitalização da Atenção Primária, o exemplo do Brasil foi apresentado e

entusiasticamente aplaudido, inclusive pelo precursor desta idéia e arquiteto de Alma Ata, o Dr Halfdan Mahler. O Brasil atingirá algumas das metas pactuadas nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio de forma antecipada, como atestado recentemente no *The Lancet* ([www.thelancet.com](http://www.thelancet.com)), uma das publicações mais prestigiadas no mundo. Lacunas ainda persistem. Precisamos seguir buscando o aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde.

**E em relação à formação e à gestão do trabalho em saúde, o que avançou nesses 20 anos e o que ainda precisa ser instituído?**

A própria instituição da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES/MS) atesta a importância que o Ministério da Saúde dá ao desenvolvimento dos recursos humanos. Este campo tem avançado muito no Brasil, até mesmo graças a persistência de um diagnóstico acurado de quais são os principais problemas e seu correto equacionamento. O que não quer dizer que os problemas não sigam existindo. A precarização do trabalho é uma pesada herança que recebemos e um hiato entre a forma-

ção nas instituições acadêmicas e a realidade do SUS. Por isso, é preciso fazer todos os esforços para enfrentar tais questões.

**Qual o projeto que o Senhor gostaria de não terminar a sua gestão sem realizar?**

Minha gestão será marcada por afirmar que saúde é parte do processo de desenvolvimento e pela reafirmação do discurso que motivou os pioneiros da Reforma Sanitária brasileira: de que saúde vai além de seus determinantes biológicos, que as condições de vida e trabalho a determinam e que é necessário atuar nessas causas. O processo de inclusão social que vivemos no governo do presidente Lula, a diminuição das desigualdades, a maior participação, certamente são dados positivos que só reafirmam esse corajoso processo que começamos na 8ª Conferência Nacional de Saúde e nos 20 anos de existência do nosso SUS. ■





## Telessaúde, Avaliação por Encontro foi realizado em Cuiabá, sede da

As Escolas Técnicas do SUS se reuniram na região centro-oeste para a 7ª Reunião Geral da Rede de Escolas Técnicas do SUS (RET-SUS), que aconteceu entre os dias 11 e 13 de junho, em Cuiabá (MT). O encontro, que teve como anfitriã a gerência de formação técnica da Escola de Saúde Pública do Mato Grosso (ESP-MT), discutiu temas como educação permanente, telessaúde, certificação e avaliação por competência, formação docente e Programa de Formação na Área de Educação Profissional em Saúde (Profaps). No último dia, os diretores e coordenadores pedagógicos foram divididos em grupos para debater os temas propostos e definir metas para o próximo ano.

A Reunião começou com a apresentação do grupo 'Alma de Gato' que, além de cantar o hino nacional *a capella*, fez um *poupourrit* de músicas cuiabanas. Outro momento cultural do encontro foi a apresentação do grupo teatral 'Nós da ETIS', da Escola de Formação Técnica em Saúde Enfermeira Izabel dos Santos (ETIS/RJ). O grupo, formado por auxiliares administrativos da Escola, contou a história da própria enfermeira Izabel, através de uma dramatização.

A mesa de abertura foi composta por Flávia Nogueira, secretária extraordinária de apoio às políticas educacionais, no ato representando também o governador do Mato Grosso, Blairo Maggi; Geraldo Grossi Júnior, presidente do Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso; Maria das Graças Figueiredo, assessora da Secretaria de Ciência & Tecnologia de Mato



Mesa de abertura da Reunião da RET-SUS

Grosso, no ato representando o secretário Francisco Daltro; Vítor Rodrigues, representando o secretário estadual de saúde de Mato Grosso, Augustinho Moro; Ana Estela Haddad, diretora do Departamento de Gestão da Educação na Saúde (Deges/SGTES/MS); Ena Galvão, coordenadora de ações técnicas da Secretaria de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde (SGTES/MS); Maria Helena Machado, diretora do Departamento de Gestão da Regulação do Trabalho em Saúde

(Degerts/SGTES/MS); e Fabiano Borges, diretor da Escola de Saúde Pública de Mato Grosso (ESP-MT).

### Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde

Ana Estela Haddad, diretora do Deges/SGTES, começou a Reunião lembrando do papel estratégico da educação na saúde. "Saúde se faz com gente. Por isso, um dos princípios da política de educação para o SUS é integrar o ensino com o trabalho em saúde", disse, lembrando da importância da criação da SGTES. "Em 2003, foi criada a Secretaria de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde no Ministério da Saúde para motivar e propor mudanças na formação técnica, graduação e pós-graduação. Além disso, outra missão da SGTES é promover um processo de educação permanente dos trabalhadores do SUS, a partir das necessidades de saúde da população".



Grupo vocal canta músicas cuiabanas

# Competências e Profaps

## Escola de Saúde Pública do Mato Grosso

Ana Estela apresentou a Política Nacional de Gestão da Educação na Saúde que, em relação à educação profissional, inclui a Rede de Escolas Técnicas do SUS (RET-SUS), o Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem (Profape) e o Programa de Formação na Área de Educação Profissional em Saúde (Profaps).

A diretora do Deges também lembrou da articulação entre os Ministérios da Saúde e da Educação. “Temos a Portaria Interministerial nº 2.118, de 2005, que estabelece a cooperação técnica entre MEC e MS na formação e desenvolvimento dos profissionais da saúde. Em 20 de junho de 2007, foi assinado o Decreto Presidencial que instituiu a Comissão Interministerial de Gestão da Educação na Saúde”, afirmou. Segundo ela, a Comissão – composta pelos dois ministérios, Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) e Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (Conasems) – tem a função de ordenar a formação de recursos humanos para a saúde com base nas necessidades do SUS.

### Programa Nacional de Telessaúde

Ana Estela também falou sobre o Programa Nacional de Telessaúde (ver Revista RET-SUS nº 29). Segundo ela, esse programa tem como objetivo qualificar os profissionais das equipes da Estratégia Saúde da Família, implantando uma infra-estrutura de telecomunicação para funcionar como um suporte à equipe, uma segunda opinião sobre quaisquer diagnósticos: “No projeto-piloto, conseguimos envolver dez ETSUS: Acre, Rio de Janeiro,

Amazonas, Minas Gerais, Goiás, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Ceará e Pernambuco. Isso não quer dizer que não vamos ampliar. Penso que os alunos das Escolas Técnicas do SUS são o público-alvo para acesso ao Programa Nacional de Telessaúde – Atenção Primária ([www.telessaudebrasil.org.br](http://www.telessaudebrasil.org.br))”.

O novo programa, segundo Ana Estela, também abrirá novas possibilidades para a formação de profissionais da saúde. Para falar sobre isso, ela chamou o médico Chao Lung Wen, do Núcleo de Telemedicina e Telessaúde da Universidade de São Paulo (USP), que desenvolveu o Projeto Homem Virtual, uma recriação do corpo humano em 3D (terceira dimensão). “Trata-se de traduzir um conhecimento cognitivo em computação gráfica. É uma nova estratégia educacional usando tecnologia. O homem virtual poupa o tempo do professor, que pode falar mais sobre sua experiência”, explicou. Segundo ele, para as Escolas Técnicas do SUS, serão enviados em julho vídeos com narração para serem usados nas aulas dos técnicos de enfermagem, como parte do Profape (Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem). Uma versão preliminar – sem narração – foi entregue aos diretores na própria Reunião.

### Política Nacional de Educação Permanente

As orientações da Política Nacional de Educação Permanente, instituídas pela Portaria nº 1.996, de 20 de agosto de 2007, também foram apresentadas por Ana Estela. “A nova portaria reafirma os princípios da edu-



‘Nós da ETIS’ apresenta peça sobre a enfermeira Izabel dos Santos

cação permanente em saúde como norteadores para a construção dos Planos Regionais de Educação Permanente em Saúde e das ações educativas na saúde. Ela também recoloca a questão de que as demandas para a formação devem considerar, prioritariamente, os problemas cotidianos referentes à atenção à saúde e à organização do trabalho. Além disso, institui que as ações de educação na saúde passam a compor o Pacto de Gestão, do Pacto pela Saúde. Isso coloca a responsabilidade pelas ações de educação na agenda da gestão do SUS”, afirmou.

Em outra apresentação, Mônica Durães, assessora técnica da SGTES, falou sobre a proposta de monitoramento da Política de Educação Permanente em Saúde, a partir da Portaria 1.996/07. “O monitoramento será realizado por técnicos do Deges, que não vão perder de vista as especificidades regionais”, explicou. Como a Política de Educação Permanente está atrelada ao Pacto pela Saúde, Mônica chamou atenção para a importância de as ETSUS se articularem com os gestores na elaboração do Termo de Compromisso de Gestão Estadual. “Os planos regionais de educa-



Claudia Marques fala sobre avaliação por competência

ção não precisam ser exclusivamente para a formação. Mas nós da SGTES pedimos que seja dada prioridade à formação dos profissionais de nível médio em saúde”.

### **Competências: avaliação e certificação**

A assessora técnica da SGTES, Cláudia Marques, fez um resgate do conceito de certificação de competências e afirmou que, no Brasil, esse tema surgiu em 1996, com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB). “Mas certificar por competências, na LDB, significava formar uma pessoa para uma atividade específica e fornecer um certificado para que ela pudesse exercer apenas aquela competência. Isso é uma fragmentação muito grande, que depeça contra os princípios de integralidade e valorização que sempre propusemos. Por isso, decidimos não fazer esse tipo de certificação”, comentou, acrescentando que o conceito de competência pensado pelo Profae é mais amplo.

Ela falou também sobre a proposta de avaliação de competências construída pelo Profae, da qual participaram as ETSUS do Distrito Federal, Paraná, Rio Grande do Norte, Acre e Minas Gerais (ESP-MG).

A consultora da SGTES Maria Auxiliadora Christófar, também falou sobre avaliação. Ela destacou que a

formação profissional tem sempre como referência o trabalho e que o conhecimento deve estar contextualizado, voltado para resolver problemas. “Por isso, é preciso reorientar o processo de formação, sintonizando o ensino com as demandas da sociedade e traçando uma política de educação permanente e qualificação do trabalho no SUS”, disse.

### **Profaps**

O Programa de Formação na Área de Educação Profissional em Saúde (Profaps) — ver Revista nº 20 — foi apresentado por Ena Galvão, coordenadora de ações técnicas do Deges/SGTES. Ela lembrou que o Profaps faz parte do Mais Saúde (PAC da Saúde) e que contribuirá para a melhoria da atenção básica por meio da qualificação de trabalhadores. Segundo Ena, foram 12 os cursos de educação profissional aprovados pelo PAC: técnico em radiologia, patologia clínica, citologia, hemoterapia, manutenção de equipamentos, higiene dental, prótese dentária, vigilância em saúde e enfermagem, além de auxiliar em consultório dentário, agente comunitário de saúde (formação inicial), e cuidador de idosos. Para que os recursos sejam liberados, as ETSUS devem apresentar o Ato Autorizativo do Conselho Estadual ou Municipal de Educação, o Plano de Capacitação Pedagógica, o Pla-

no (objetivos, metas, justificativa, metodologia, critérios de avaliação do aluno e do curso) e o cronograma de Execução, e a pactuação nos Conselhos de Saúde e na Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

As parcelas do recurso, fundo a fundo, serão liberadas trimestralmente. “A primeira parcela irá para as Escolas após aprovação da SGTES. As parcelas intermediárias só após a apresentação de relatório e parecer técnico do Deges. E a última, depois da entrega do relatório final, parecer do Deges e do Fundo Nacional de Saúde”, explicou Ena. Para 2008 e 2009, a coordenadora de ações técnicas sugeriu algumas prioridades para as ETSUS. “Penso que os cursos que vocês devem priorizar são os técnicos em hemoterapia, citologia, patologia clínica, prótese dentária, radiologia, vigilância em saúde, e a qualificação básica do cuidador de idosos. Este último já tem projeto-piloto que está em andamento em seis Escolas”, disse.

A minuta da portaria do Profaps, que poderá ser modificada antes de ser assinada pelo ministro da saúde, determina ainda que “terão prioridade na execução técnica/pedagógica dos cursos de formação dos Trabalhadores, as Escolas Técnicas de Saúde do SUS, as Escolas de Saúde Pública e os Centros Formadores vinculados aos gestores estaduais e municipais de saúde, como um componente para seu fortalecimento institucional e pedagógico”.

### **Formação docente**

Valéria Morgana Goulart fez, durante a 7ª Reunião Geral da Rede, uma apresentação do projeto-piloto do Curso de Formação Docente em Educação Profissional Técnica na Área da Saúde, do qual ela é coordenadora-geral. “O material do curso está organizado em três complexos temáticos: Trabalho, Saúde e Educação; o SUS e os processos de trabalho em saúde; e a organização pedagógica do trabalho docente em saúde. Ao final, o aluno tem a titulação de especialista em docência em educação profissional”, dis-



se. Segundo Valéria, o piloto foi aplicado na Escola de Formação Profissional Enfermeira Sanitarista Francisca Saavedra (AM), na Escola de Formação Técnica em Saúde Professor Jorge Novis (BA) e na Escola Técnica do SUS Professora Ena de Araújo Galvão (MS). “As ETSUS têm sido parceiras o tempo todo. As Escolas do Amazonas e da Bahia têm, cada uma, 60 docentes que participam do curso, enquanto a do Mato Grosso do Sul tem 40”, declarou. Os estados com mais alunos contam, em cada turma, com quatro tutores – Mato Grosso do Sul tem três. Os tutores são formados pela coordenação técnico-pedagógica do projeto-piloto do Programa de Educação a Distância da Ensp. “Fazemos uma oficina de 40 horas para que eles se apropriem do material”, explica Valéria. Cada um deles é responsável por 15 alunos e faz um plantão semanal de quatro horas nas ETSUS, além de ficarem *on line*.

O curso, que começou em março e terminará em dezembro deste ano, passará por uma avaliação antes que possa ser expandido para as outras ETSUS. Segundo Valéria, o primeiro momento da avaliação aconteceu em maio. “Distribuímos questionários aos 160 alunos. Com as respostas, percebemos que o momento virtual propiciado pelo Viask (*Virtual Institute of Advanced Studies Knowledge*), uma plataforma educacional via *web*, é um dos mais importantes para os alunos, já que eles não têm tempo para passar mais do que um dia no momento presencial. Então, o ambiente virtual permite que eles usem o fórum para se relacionar. Outro ponto elogiado foi a qualidade do material didático”, disse, apontando também as críticas. “Como fraquezas do curso, os alunos apontaram a pouca infra-estrutura para o momento Viask, que precisa da internet; o tempo destinado aos trabalhos; o tempo de deslocamento até o local da aula presencial, que acontece na sede das ETSUS. Tudo isso nós já estamos tentando acertar”, revelou.

Em agosto, haverá mais uma oficina de avaliação do curso.

### Material Didático

Para apresentar um CD-ROM com material do Profae sobre ‘Atualização em procedimentos de enfermagem’, foi convidada a consultora técnica da SGTES Marta Peralba. O CD traz informações de interesse dos profissionais de enfermagem: infecção hospitalar, higienização das mãos, verificação de sinais vitais e administração de medicamentos por via intramuscular. Cada Escola recebeu uma cópia do material. De acordo com Marta, trata-se de uma revisão teórica que deve ser utilizada pelos docentes. Além de textos e um filme, o CD traz aulas prontas com recursos tecnológicos.

### Plenária Final

Para sistematizar e propor um plano de trabalho para o próximo ano, os diretores e coordenadores das ETSUS foram divididos em quatro grupos que discutiram os temas apresentados durante a Reunião Geral. O resultado dos trabalhos foi levado para a plenária final. O diretor da Escola Técnica de Saúde Professora Valéria Hora (ETSAL/AL), Adailton Isnal, foi o relator do grupo que analisou o Programa Nacional de Telessaúde. Segundo o grupo, as ETSUS devem trabalhar em conjunto com os núcleos das universidades. “Mas precisamos ver o foco do telessaúde para a educação, já que ele está sendo usado hoje na assistên-



Salão da plenária final da Reunião da RET-SUS



Grupo de trabalho discute Profaps

cia. Para isso, um caminho seria procurar os responsáveis pelos núcleos para discutir como poderíamos participar”, disse. Outra possibilidade, acordada pelo grupo, seria usar o telessaúde para trabalhar com os egressos das ETSUS e realizar palestras *online*. “Com o telessaúde, manteríamos contato com nossos ex-alunos, que podem precisar de uma segunda opinião da própria Escola. Além disso, poderíamos trabalhar com webconferência e atingir alunos e docentes dos cursos descentralizados”, afirmou o relator. Como plano de trabalho para alcançar esses objetivos, o grupo propôs que as ETSUS marcassem uma reunião com os núcleos de telessaúde e fizessem uma capacitação dos atores envolvidos para que eles aprendessem a trabalhar com a tecnologia utilizada pelo programa.

Em relação ao Profaps, a diretora da Escola Técnica do SUS Dr. Ma-

nuel Ayres (PA), Maria Elizabeth Siqueira, apresentou as alterações propostas pelo seu grupo para a Minuta da Portaria do Programa. As Escolas propuseram pequenas mudanças de redação, sem alterar o conteúdo do documento.

As discussões sobre a Política de Educação Permanente foram apresentadas por Tânia Kátia Mendes, vice-diretora da ETSUS Alagoas. Segundo a relatora, as Escolas devem ocupar esse espaço para fortalecer a educação profissional. “O papel da Escola não é só de execução. É de gestão também”, defendeu, lembrando que, com a nova portaria, é preciso também que cada ETSUS reveja seus projetos político-pedagógicos.

Já a sistematização do debate sobre o Sistema de Certificação de Competências foi apresentada por Edinete Chagas, gerente técnico-pe-

dagógica da ETSUS Pará. Segundo a relatora, o grupo percebeu que uma das prioridades das ETSUS deve ser a formação dos docentes que possam trabalhar com as competências. “Nessa capacitação, devemos contemplar a instrumentalização do profissional da saúde, atendendo às três dimensões contidas em toda proposta pedagógica: humana, técnica e político-social”, explicou, lembrando que é preciso ensinar os docentes a trabalhar com o currículo integrado: “Essa metodologia objetiva o desenvolvimento de competências a partir do saber-saber, do saber-fazer e do saber-ser”.

Ao final do encontro, foi decidido que as reuniões regionais da Comissão Geral de Coordenação serão realizadas no mês de setembro, com a temática ‘avaliação de aprendizagem’. O lugar da próxima Reunião Geral também foi definido: será na Paraíba. ■

## Atividades da Secretaria Técnica da RET-SUS são transferidas para o Deges/SGTES

Na 7ª Reunião Geral, também foi comunicada a transferência das atividades da Escola Politécnica Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz) como Secretaria Técnica da RET-SUS. A Escola exercia essa função desde o surgimento da Rede, em dezembro de 2000. Agora, as funções e atividades atualmente sob responsabilidade da Secretaria Técnica passam a ser desenvolvidas pela Coordenação Geral da Rede, exercida pela Coordenação de Ações Técnicas do Departamento de Gestão e Educação na Saúde da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde (Deges/SGTES/MS). O diretor da EPSJV, André Malhão, ressaltou que a Escola continuará sendo parte ativa da Rede, colocando-se ainda mais disponível para as parcerias interinstitucionais.

A ex-coordenadora da Secretaria Técnica, Renata Reis, apresentou um relatório preliminar que descreve os projetos e atividades desenvolvidas nos oito anos de existência da Rede. Renata destacou a importância da elaboração de uma estratégia de comunicação da RET-SUS, que tomou forma em 2004. “Traçamos uma estratégia de comunicação para motivação e informação entre todos os elos da Rede”, comentou. O Plano foi concretizado pela criação da Revista RET-SUS, de boletins eletrônicos e de um novo site – que foi reformulado em 2007 – e também pela organização sistemática de encontros anuais das Escolas. Renata destacou a importância da Revista, que divulga experiências das ETSUS, registra eventos e aprofunda temas ligados às áreas de educação, trabalho e saúde.

Hoje, a publicação é distribuída a instituições e órgãos ligados à saúde e educação e a cerca de 1.700 professores, além de quase 4 mil leitores que solicitaram o recebimento através de cadastro no site.

Após a apresentação de Renata, a diretora do Deges, Ana Estela Haddad, explicou que a ida da Secretaria Técnica para o Ministério da Saúde faz parte de uma reconfiguração do processo de trabalho da RET-SUS. “A Secretaria na EPSJV foi muito importante. Gostaria de reconhecer todo o trabalho que foi feito e dizer que, agora, ele seguirá na Coordenação de Ações Técnicas da SGTES. A Escola Politécnica ficará na Rede e continuará fazendo o papel importantíssimo de consultoria técnica”, afirmou.



## Alunos de Blumenau unem diversão e informação

Artistas levam peças educativas a escolas, associações de moradores e empresas do município

Nos anos 90, três técnicas em higiene dental (THD) formadas pela Escola Técnica de Saúde de Blumenau (SC) começaram a trabalhar juntas, com palestras sobre saúde bucal em escolas. Elisabeth Pereira, Rosana Shultz e Alessandra Micheletti mostravam a alunos e professores as formas de prevenção, falando sobre a importância de usar flúor e escovar os dentes corretamente. Mas nem sempre o resultado era satisfatório. “Nós percebíamos que não tínhamos um retorno bom”, diz Rosana. Por conta disso, as THDs começaram a pensar uma nova estratégia de aproximação: o teatro.

Rosana conta que a idéia surgiu em 1997, quando a Secretaria Municipal de Saúde pediu que elas fizessem uma palestra para professores da rede municipal. “Enquanto montávamos a palestra, indagamos: por que não fazer de outra forma? Acabamos decidindo fazer uma encenação, para conquistar os professores de forma divertida. Assim, escrevemos nossa primeira peça, que encenamos até hoje. Trata-se de ‘A vida como ela é’, que mostra a realidade das famílias carentes da região”, conta.

Elisabeth diz ter ficado um pouco nervosa na primeira apresentação. “Deu um frio na barriga! Não sabíamos qual seria a reação do público”, conta. Mas a encenação foi um sucesso. “Tanto que, já naquele dia, os professores presentes nos convidaram para ir a suas escolas. Nascia o Grupo Teatral Saúde com Arte”, diz.

O grupo já era conhecido quando, em 2006, encontrou mais uma colaboradora: a agente comunitária de saúde (ACS) Daniele Rosa. Ela conta que conheceu Rosana, Elisabeth e Alessandra em um evento no posto de

saúde em que trabalhava, no dia das mães. “Duas equipes do Programa de Saúde de Família do meu bairro estavam fazendo atividades para comemorar a data e eu cantei algumas músicas. O Grupo Saúde com Arte também estava presente, com uma peça sobre aleitamento. As meninas me disseram que haviam se interessado pela minha interpretação. Na época, estavam montando uma peça chamada ‘Planeta Terra’ e sentiam que faltava alguma coisa na história. Quando me viram, perceberam que talvez faltasse uma canção”, explica.

Daniela conta que chegou a achar que sua participação seria restrita a essa peça. “Quando elas me convidaram, pensei que seria temporário. Mas nossa parceria continuou e nos apresentamos juntas até hoje, sempre comigo cantando”, comenta. Para ela, um dos grandes méritos de ensinar por meio do teatro é conseguir a atenção das crianças. “Nós nos apresentamos para todos os tipos de público, e todos demonstram muito interesse. Mas, quando trabalhamos com crianças, sinto como a dramatização faz diferença: elas se mostram curiosas e ficam mesmo de boca aberta. É gratificante, pois sabemos o quanto é difícil prender a atenção desse público. E o mais importante é que, enquanto se prendem à história, elas vão memorizando o que a gente ensina”, explica.

De acordo com Elisabeth, a chegada de Daniela não foi boa ape-



Integrantes do Grupo Saúde com Arte

nas para melhorar as peças, mas também para trazer uma nova visão sobre prevenção e tratamento. “Nós, THDs, trabalhamos geralmente dentro do consultório. A Daniela, por ser ACS, tem uma relação mais íntima com as pessoas. Estar com ela faz com que a gente veja a importância disso e aprenda a se aproximar”, diz. Para Daniela, o contato com as meninas também foi útil. “Eu aprendi muito com elas, havia muita coisa sobre a saúde bucal que eu desconhecia. Acabei me interessando tanto que, hoje, sou também aluna do curso de THD”, conta.

A dedicação do grupo, a qualidade das informações e a integração entre as participantes faz com que as peças sejam cada vez mais requisitadas. Segundo Elisabeth, o grupo se apresenta todas as terças-feiras pela manhã, em escolas estaduais, municipais e particulares de Blumenau e municípios próximos, além de Centros de Educação Infantil e associações de moradores. “Como tem dado certo, fomos liberadas pela Secretaria durante esse período. E somos muito procuradas: nossa agenda está lotada até agosto”, diz a técnica. ■

# XXIV Congresso Nacional de Secretarias Municipais de Saúde

## integralidade, equidade

### Conasems relembra 20 anos da sua criação e do SUS

Este ano, o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems) teve muito o que comemorar e discutir no seu 24º Congresso. E não foram só os 20 anos do SUS e do próprio Conselho, mas também o fato de, pela primeira vez, o encontro ter sido realizado na região Norte. Em Belém (PA), de 8 a 11 de abril, cerca de 1.965 pessoas circularam pelos estandes, salas e auditório do Hangar, o moderno centro de convenções da cidade. Nas salas, com os nomes de animais, danças, plantas, frutas e pratos típicos da Amazônia – como boto, vitória-régia, carimbo, açai e tacacá – aconteceram 18 oficinas, dez painéis, seis cursos (entre eles o 1º Seminário de Gestão Estratégica e Participativa da Região Norte) que trataram, mais especificamente, do tema do encontro: ‘20 anos do SUS e Conasems – integralidade e equidade com sustentabilidade’. Concomitantemente, assim como no ano passado, aconteceu o 5º Congresso Brasileiro de Saúde, Cultura de Paz e Não-Violência.

#### Políticas Integradas

Na mesa ‘Integralidade e Intersetorialidade’, o presidente do Conasems, Helvécio Magalhães Júnior, disse que um passo importante para que os municípios possam efetivar a integralidade e a equidade nos serviços seria trabalhar em conjunto com outras políticas públicas. Para Paulo Capucci, secretário municipal de saúde de Guarulhos (SP) e secretário extraordinário do Conasems na Região Sudeste, a intersetorialidade ajudará a potencializar as políticas de saúde.



Mesa de abertura do Congresso do Conasems

“Um dos aspectos fundamentais para se operacionalizar isso no SUS é pensar no território. É fundamental consolidar a visão de que o território determina condições para que a saúde seja promovida. Muitas vezes não entendemos esse território e não sabemos qual é a sua real situação. É preciso entendê-lo a partir das relações dinâmicas que acontecem ali e da determinação da saúde e da doença. E isso é difícil porque muitas vezes ficamos presos às regiões administrativas, com as quais estamos vinculados por questões políticas, ou às publicações oficiais que definem *a priori* determinados espaços, que não estão necessariamente de acordo com a visão integral”, avaliou.

Segundo ele, é preciso que o controle social também se engaje. “Nossos conselheiros de saúde podem assumir o papel mediador nesse processo. Os conselheiros devem ter a capacidade de começar um processo de

inversão no padrão de consumo de serviços de saúde, voltando-se para essa mudança de postura que vai se preocupar com os determinantes sociais, ambientais e econômicos loco-regionais”, afirmou.

Além disso, Paulo propôs a criação de um sistema de avaliação das ações intersetoriais. “Seria fundamental, num processo de integração de políticas públicas, termos acesso a indicadores que possam nos nortear. A partir desses dados, poderíamos saber o impacto de políticas de saúde nas regiões, topar com uma série de dificuldades, mas também com muitas possibilidades de organização de rede e políticas de inclusão para o acesso aos serviços”, sugeriu.

#### Redes de Saúde

Outro ponto levantado pelo Congresso para que se tenha integralidade e equidade com sustentabilidade no SUS, como propõe o tema do

# Secretarias Municipais de Saúde discute e financiamento no SUS

## 5 e comemora a regulamentação da EC 29 pelo Senado

encontro deste ano, foi a formação de redes de saúde, discutida na mesa 'Gestão de Redes de Atenção à Saúde e do Cuidado'. Para Ruben Mattos, diretor do Instituto de Medicina Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IMS/UERJ), na formação de redes é preciso considerar a necessidade da população. "Há várias maneiras de se pensar uma rede de cuidados. E a integralidade deve ser um princípio norteador para a sua organização. É preciso compreender a dinâmica de circulação da vida na hora de pensar os arranjos das redes. Algumas vezes, desenhamos um modelo ideal sem levar em consideração as necessidades da população", disse.

Um exemplo disso, segundo ele, é a idéia da atenção básica como a única porta de entrada do sistema. "Isso é uma armadilha. É preciso levar em conta o raciocínio do sujeito ao procurar os serviços de saúde. Temos que valorizar a autogestão das pessoas e criar dispositivos que, em longo prazo, eduquem a população a procurar os serviços de maneira ideal. Mas hoje o que temos são usuários que, quando precisam de atendimento, vão diretamente aos hospitais. Precisamos considerar o local procurado pelo paciente como uma forma de continuar identificando algo que norteará a atenção básica. Se um paciente, por exemplo, descobrir uma hipertensão na emergência de um hospital, é preciso rever a atenção básica", analisou.

Segundo Silvio Fernandes, da Secretaria Executiva do Conasems, as redes devem ser reestruturadas. "Pre-

cisamos construir uma situação desejada para os serviços, ter redes com suportes logísticos e criar sistemas de regulação", disse.

Para Assis Ouverney, da diretoria de articulação das redes de atenção da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde (SAS/MS), a reestruturação das redes de saúde vai possibilitar uma nova relação entre os três entes federados. "O Pacto pela Saúde propõe uma nova relação entre municípios, estados e União. E as redes devem ser colocadas como um projeto de longo prazo para a superação da fragmentação das políticas. Elas devem ser regionalizadas para atender às especificidades locais. Mas essa é uma agenda para se cumprir de cinco a dez anos", afirmou.

### Financiamento

A discussão sobre financiamento do SUS começou na própria abertura oficial do Congresso, marcada pela comemoração da aprovação pelo Senado da Emenda Constitucional nº 29, que determina, dentre outras coisas, que a saúde receberá 10% das receitas correntes brutas da União. Helvécio Magalhães Júnior, presidente do Conasems, iniciando a mesa de abertura, comemorou a regulamentação da EC 29. "É claro que o projeto voltará para a Câmara dos Deputados, mas nós estávamos precisando dessa aprovação dos senadores para dar mais fôlego para as próximas duas décadas. Agora vamos para a Câmara brigar pela sanção da Emenda com o texto aprovado pelos senadores", disse.

José Carvalho de Noronha, secretário de Atenção à Saúde, que estava representando o ministro da saúde, José Gomes Temporão, também comemorou a regulamentação da EC 29, lembrou dos avanços do Sistema Único de Saúde nessas duas décadas de existência e disse o que esperava do Congresso. "A regulamentação da Emenda 29 nos dará mais recursos, mas é preciso não esquecer a importância da gestão. Há 20 anos a saúde não era para todos. Mas ainda temos muito a fazer. Precisamos, por exemplo, integrar o Sistema em redes articuladas com os serviços, dar um salto neste século para a incorporação perfeita dos agentes comunitários de saúde. Gostaríamos que os senhores secretários trabalhassem para orientar uma pauta política", declarou.

### Amazônia Legal

As especificidades da Amazônia Legal receberam um tratamento especial no Congresso deste ano, sendo tema da mesa 'Amazônia Legal e suas singularidades'. Segundo o diretor de descentralização do Conasems, Raimundo Costa, a entidade tem propostas para garantir os princípios do

A Amazônia Legal compreende nove estados com trechos da floresta: Acre, Amazonas, Roraima, Amapá, Pará, Rondônia, além de parte do Tocantins, Mato Grosso e Maranhão. Com condições políticas, econômicas e sociais semelhantes, esses estados abrigam mais da metade da população indígena brasileira.





Amazônia Legal: participantes propõem um plano de saúde próprio para a região



Carta de Belém é lida na plenária final

SUS e o cumprimento do Pacto de Gestão na região. “Propomos um Plano de Saúde para a Amazônia Legal. E nele, o fortalecimento da atenção básica é um eixo central. Hoje, muitos programas são verticais e não atendem a Amazônia brasileira. Outro problema é a concentração dos serviços de saúde em municípios com mais de 100 mil habitantes e a baixa cobertura da Estratégia Saúde da Família”, disse.

Segundo Domingas de Souza, representante da Secretaria de Saúde de Conceição do Araguaia (PA), uma das especificidades mais significativas da região é a dificuldade de acesso ao interior. “Aqui no Norte, chegamos aos municípios menores pela água, em barcos, ou pelo ar, em aviões monomotores. E temos que atender a uma diversidade de populações, que incluem ribeirinhos, assentados, índios, garimpeiros, madeireiros. Mas os programas

governamentais vêm em pacotes e não atendem às diversidades. Precisamos de postos de saúde móveis”, afirmou.

Outra dificuldade para promover a saúde no interior da Amazônia, segundo Raimundo, é a falta de recursos humanos. “Os municípios têm gastado muito para segurar os profissionais no Norte do país. É preciso buscar estratégias para o atendimento dos quilombolas, ribeirinhos e assentados rurais”, propôs. Para José Sinval, vice-presidente do Conasems, para que as políticas públicas de saúde sejam efetivadas na região amazônica é preciso um financiamento diferenciado. “É necessário adequar os valores de repasse do governo

para os municípios a partir de critérios que levem em conta as especificidades da região. Queremos ampliar a cobertura do Saúde da Família para, no mínimo, 70%, principalmente nas pequenas cidades. Esse repasse específico deveria ser discutido no Congresso Nacional”, defendeu.

Segundo Domingas, o financiamento é um ponto fundamental, já que quanto menor o município, maior deve ser o salário para atrair os profissionais. “Não é por falta de compromisso do gestor que a cobertura do Saúde da Família é pequena, mas sim pela inviabilidade de se pagar R\$ 20 mil a um médico. Quanto menor o município, mais dispendioso é ter uma equipe completa. Temos que discutir o financiamento para podermos avançar. Os estados precisam ser co-financiadores da Atenção Básica, cumprir a EC 29”, afirmou. Ela lembrou ainda

que a melhoria da saúde na região amazônica também depende de ações de outros ministérios. “Não dá para a equipe de Saúde da Família chegar a uma casa de ribeirinhos dizendo que eles precisam beber água potável se eles não têm saneamento básico. As políticas públicas de outros ministérios precisam de fato se efetivar”, defendeu.

O secretário estadual de saúde do Acre, Oswaldo Leal Júnior, afirmou que, mesmo investindo o que a EC 29 determina, os recursos não são suficientes para suprir as demandas do estado. “Não temos capacidade financeira para ter um serviço especializado, por exemplo. Os investimentos são insuficientes, muitas vezes, porque temos que pagar R\$ 20 mil a um médico. Nosso maior problema hoje é a falta de profissionais, principalmente da Atenção Básica”, alertou. Para ele, um caminho para resolver esse problema seria realizar ações integradas com os municípios.

#### Carta de Belém

Ao final do Congresso, os pontos discutidos foram sistematizados na Carta de Belém, que irá nortear as atividades do Conasems até o próximo encontro. O documento tem como principais propostas a luta pela regulamentação da Emenda Constitucional 29; a reafirmação das políticas regionalizadas; a solicitação da revisão da Portaria Nacional de Atenção Básica a fim de considerar as especificidades regionais e estabelecer estratégias para locais onde não há médicos; o desenvolvimento de uma agenda para a Amazônia Legal; a discussão de um novo modelo de gestão para a contratação dos profissionais de saúde; o fortalecimento da articulação ensino-serviço; a construção de uma agenda conjunta entre Conasems, Conass e Ministério da Saúde para o planejamento e ordenação da formação de profissionais da saúde; e a organização de um seminário nacional sobre a ordenação de recursos humanos no SUS. O encontro do próximo ano acontecerá em Brasília (DF).■

## Gestão do trabalho e educação na saúde

A gestão do trabalho e educação na saúde foi tema de duas oficinas no pré-Congresso: 'Papel do Estado na Ordenação da Formação na Área de Saúde' e 'Gestão do Trabalho e a Contratação da Força de Trabalho na Saúde'.

Na primeira, Ana Ecilda Ellery, coordenadora do Projeto Intercâmbio de Conhecimentos Brasil-Canadá, apresentou a parceria, que tem a participação da Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP-CE), na elaboração das competências necessárias para os seis programas de ensino do projeto: técnico em prótese dentária, cuidador domiciliar, técnico em sistemas de informação em saúde, técnico de atendimento pré-hospitalar, técnico em radiologia e técnico de apoio ao acolhimento em saúde. "Sentimos a necessidade de incentivar a formação técnica, pois ainda temos um desequilíbrio na formação desses profissionais em relação a outros países. Para isso, junto com a província de Quebec, no Canadá, trocamos experiências, principalmente em relação à metodologia das competências", explicou. Segundo ela, para atestar a qualidade do ensino, é preciso informações sobre os egressos. "Em Quebec, a partir de uma análise da situação de trabalho, eles chegam à competência que os profissionais deveriam ter", disse.

Ana chamou atenção ainda para o fato de que, no Canadá, o sistema de saúde ordena a formação dos trabalhadores, o que, segundo ela, também deveria acontecer no Brasil: "O artigo 200 da Constituição Federal diz que compete ao SUS ordenar a formação dos recursos humanos em saúde. Mas ainda não conseguimos fazer isso de maneira plena. Através do intercâmbio, percebemos a necessidade de desenvolver no Brasil um sistema de informação que dê elementos para que os gestores do SUS possam ordenar a formação de trabalhadores. No Canadá, a aprovação dos cursos está diretamente ligada à necessidade dos serviços". Para ela, ao fim dos três anos de intercâmbio – este é o

segundo ano –, as secretarias de saúde brasileiras serão capazes de gerir a formação de seu pessoal. "Vamos montar um sistema que possa atender a todos. Ao fim do Projeto de Intercâmbio, saberemos quais são as profissões que temos, qual é a oferta e demanda dos profissionais do SUS", disse. E sugeriu: "Penso que poderíamos fazer um grande seminário nacional sobre ordenação da formação de recursos humanos em saúde".

Teresa Passarela, assessora técnica do Departamento de Gestão da Educação na Saúde da Secretaria de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde (Deges/SGTES/MS), apresentou as políticas desenvolvidas para a formação de trabalhadores do SUS. "São políticas pautadas na inter-setorialidade. Buscamos nos articular com outros ministérios, principalmente com o da Educação", afirmou. Em relação à educação profissional, a assessora anunciou que o Profaps (Programa de Formação Profissional em Saúde) pretende qualificar mais de 700 mil trabalhadores de nível médio. Monica Durães, que estava na oficina e também é técnica da SGTES, pediu a palavra para comunicar que a Secretaria já está ordenando a formação de trabalhadores do SUS. "Estamos trabalhando junto com o MEC e as Escolas Técnicas do SUS para a elaboração do catálogo de cursos técnicos", disse.

Na segunda oficina, Antonio Carlos de Oliveira Júnior, representante do Núcleo de Gestão do Trabalho e Educação da Saúde do Conasems, e secretário municipal de saúde de Areal (RJ), disse que um dos principais problemas enfrentados pelos gestores é a forma de contratação de pessoal: "O emprego na saúde vem crescendo e, hoje, mais de 75% da força de trabalho do SUS está a cargo dos municípios. Isso precisa ser repensado, já que esbarramos no limite de gastos com pessoal determinado pela lei de responsabilidade fiscal".

Segundo ele, o problema fica mais evidente na situação de contratação dos agentes comunitários de saúde (ACS). "A lei 11.350 restringe o vínculo dos agentes à administração pública

direta. Mas há uma dissonância entre essa lei e a de responsabilidade fiscal. E muitos municípios estão sendo pressionados pelo Ministério Público do Trabalho para realizar essa contratação", disse. De acordo com Antonio, o Conasems já apresentou ao Congresso Nacional, através do senador Rodolpho Tourinho, uma emenda à lei 11.350, que possibilitaria a contratação dos ACS por meio de Oscip (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) e OS (Organização Social): "Outra alternativa seria rever o pacto federativo, a lei de responsabilidade fiscal e fazer a reforma tributária".

De acordo com Maria Helena Machado, diretora do Departamento de Gestão da Regulação do Trabalho em Saúde (Degerts/SGTES/MS), os entraves da gestão do trabalho são históricos: "Estamos falando de algo que vem desde a constituição do SUS, ou seja, tem 20 anos. O Sistema Único de Saúde tem uma dívida política enorme com a gestão do trabalho". Para ela, é preciso alterar a Constituição para que se mude o tipo de contrato. "Atualmente, nossas opções são o concurso público, a seleção pública e o contrato temporário", disse.

Como dificuldade para a contratação da força de trabalho na saúde, ela também apontou a lei de responsabilidade fiscal. "Para tentar resolver esse impasse, o Comitê de Desprecarização do Trabalho encomendou ao Nescon (Núcleo de Educação em Saúde Coletiva/UFGM) uma avaliação da lei de responsabilidade fiscal. Talvez seja preciso alterá-la", afirmou.

Em relação à contratação dos ACS, Maria Helena lembrou que o Ministério da Saúde aprovou na Comissão Intergestores Tripartite um documento de orientação da contratação dos agentes. "Fica claro que o ACS pode ser incorporado ao SUS a partir de uma seleção pública", disse.

### Terceiro módulo do curso de ACS: ETSUS Tocantins começa em junho

A Escola Técnica de Saúde do Tocantins começou em 2 de junho o terceiro módulo do curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde. Para dar conta das novas turmas – serão 18 pólos e cerca de 2.600 agentes, foram admitidos em abril 52 novos servidores, entre professores e profissionais do corpo administrativo.

Entre 28 de abril e 2 de maio, a ETSUS realizou uma oficina pedagógica voltada a todos os trabalhadores da instituição, para integrar os novos funcionários e apresentar a eles a estrutura e os objetivos da Escola. De acordo com a diretora, Yolanda Querido Rocha, as palestras que compuseram a oficina apresentaram o funcionamento da Escola e falaram sobre o seu papel na formação dos técnicos. “Queríamos mostrar aos novos funcionários e lembrar aos antigos o que é uma Escola Técnica do SUS”, explica. Por isso, durante os dias de oficina, todas as características da



Capacitação pedagógica para curso de ACS

ETSUS foram expostas. O projeto político-pedagógico, a estrutura das equipes de saúde da família, a metodologia da problematização, o conceito de currículo integrado e o planejamento da ação educativa foram alguns dos temas tratados.

As palestras foram dadas por integrantes da equipe técnica da Escola: a diretora administrativa, Gildele dos Santos, a coordenadora de cursos, Márcia Cristina Godói, a diretora pedagógica, Maria do Socorro Modesto, e a diretora de integração social, Maria Aparecida Valentini.

Para Maria Aparecida, o encontro foi fundamental para que o trabalho da Escola seja desempenhado da melhor forma possível. “Se tivermos uma visão sistêmica e compartilhada, com certeza realizaremos nossas ações de forma prática e coesa e prestaremos melhor nossos serviços à população tocantinense”, afirma.

### ETSUS Alagoas forma turma-piloto de cuidadores

A Escola Técnica de Saúde Professora Valéria Hora (AL) formou em maio sua turma-piloto do curso de Cuidador de Idosos com Dependência. A cerimônia de formatura, realizada no dia 21 em Maceió, contou com a presença de representantes da Secretaria de Assistência Social, da Secretaria Estadual de Saúde (SES), dos Conselhos Municipal e Estadual do Idoso e de familiares dos alunos.

Três semanas antes, os 31

formandos fizeram um seminário sobre as questões abordadas durante os quase cinco meses de curso. “Foi uma grande avaliação. Os alunos apresentaram, em grupos, o caminho percorrido nesse tempo, resumindo tudo aquilo que aprenderam”, explica a vice-diretora da Escola, Tânia Araújo. Compareceram ao seminário professores da ETSUS, representantes da Secretaria de Estado de Ação Social, e Elizabeth Toledo, coordenadora do Programa do Idoso da SES.

### ETSUS RS participa de oficinas em todo o estado

A Escola de Educação Profissional em Saúde do Rio Grande do Sul ainda não está em funcionamento, mas sua equipe já tem bastante trabalho. Desde abril, a ETSUS tem participado de oficinas com as Coordenadorias Regionais de Saúde (CRS). O encerramento desses trabalhos está previsto para o fim de junho, quando os encontros terão sido realizados em todas as 19 CRS do estado.

Segundo a coordenadora pedagógica da ETSUS, Rosemari Dorigon, as oficinas têm como objetivo refletir sobre a formação profissional. “A idéia é discutir a função, as metas e a organização curricular da Escola, bem como suas possibilidades e limites e as estratégias da política de educação profissional na educação permanente em saúde”, diz.

De acordo com ela, as oficinas têm ótima receptividade e ajudam a construir uma visão abrangente da educação profissional. “Elas também têm ajudado a reconhecer as necessidades e possibilidades de cada região em relação às demandas de formação em saúde para trabalhadores de nível médio”, completa.



Oficina em Lajeado



## Unimontes faz curso em parceria com Hospital Universitário

A Escola Técnica de Saúde do Centro de Ensino Médio e Fundamental da Unimontes (MG) começou, em maio, um curso de formação continuada para técnicos em manutenção e infra-estrutura do Hospital Universitário Clemente de Faria: trata-se de um curso de Instrumentação de Equipamentos e Ambiente Médico-hospitalar. O objetivo é capacitar os servidores do hospital para manutenção preventiva e corretiva, controle e motorização. O curso, realizado no próprio hospital, tem duração de 160 horas, sendo 80 teóricas e 80 práticas, e pretende apresentar desde questões relacionadas propriamente ao equipamento até noções de administração hospitalar.

A aula inaugural, realizada no dia 7 de maio, foi ministrada pelo gerente de engenharia e infra-estrutura do hospital, Éber dos Santos, que será coordenador do curso. Ele enfatizou a importância da formação continuada e observou que a qualidade do serviço depende em grande parte da manuten-

ção de equipamentos, já que o seu bom funcionamento evita a longa espera do paciente e propicia um diagnóstico preciso.

A coordenadora pedagógica da ETSUS, Iza Cotrim, também coordena o programa de educação continuada e permanente do hospital, e foi ela quem fez a articulação entre as instituições. “A Escola já havia pensado no assunto, mas a demanda partiu do hospital. Lá, o programa de educação permanente dá aos profissionais uma autonomia para manifestarem suas necessidades, e eles próprios começaram a pedir o curso”, conta.

De acordo com Iza, esta não é a primeira vez que é feito um trabalho em conjunto com o hospital universitário, que é campo de estágio para os diversos cursos da Escola. Ela lembra que a ETSUS já formou técnicos em enfermagem e técnicos em farmácia do hospital, através do Programa de Fortalecimento e Melhoria da Qualidade dos Hospitais em Minas Gerais (Pró-hosp), em 2004.



Éber dos Santos, durante aula inaugural

miológicos, culturais e ambientais de suas regiões.

Segundo a direção da Escola, os resultados também foram apresentados à comunidade, nas unidades de saúde da família. Foram observados aspectos como doenças mais comuns, existência ou não de redes de esgoto, quantidade de igrejas e escolas. O objetivo era traçar o perfil das populações estudadas.

## BVS na ETSUS Amazonas

A Escola de Formação Profissional Enfermeira Sanitarista Francisca Saavedra (AM) inaugurou em 24 de abril a sua Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Na ocasião estiveram presentes representantes do Ministério da Saúde e da Bireme, um centro especializado da Organização Pan-Americana de Saúde (Opas/OMS).

Trata-se de uma estação com dois computadores e 14 funcionários qualificados, que irão se revezar para atender aos usuários durante a pesquisa. A partir da estação, é possível o acesso gratuito a informações técnico-científicas de saúde geradas por instituições do Sistema Único de Saúde (SUS).

As estações da BVS são voltadas a pessoas de toda a comunidade que desejem obter informações sobre essa área. De acordo com a secretária da ETSUS Amazonas, Nilka Teixeira, os alunos e funcionários da Escola terão livre acesso à Biblioteca Virtual. “Como a estação fica dentro da nossa Escola, pessoas ligadas a ela poderão fazer consultas durante todo o dia. Já para o público em geral, a direção da Escola irá fornecer uma autorização”, explica.



Estação BVS, no dia da inauguração.

## ACS da ESP-MG fazem levantamentos sócio-culturais

Os alunos do primeiro módulo do curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde da Escola de Saúde Pública de Minas Gerais (ESP-MG) apresentaram, em maio, os resultados de um trabalho desenvolvido durante as horas de dispersão do curso. Os 300 alunos foram divididos em 70 grupos, de acordo com as áreas de atuação, e ficaram responsáveis por fazer mapeamentos epide-

## ETSUS Blumenau qualifica cuidadores de idosos

A Escola Técnica de Saúde de Blumenau começou, em março, sua primeira turma de cuidadores de idosos. De acordo com a coordenadora técnica do curso, Teresinha Nogueira, o objetivo da Escola é proporcionar aos cuidadores uma visão ampliada sobre saúde e envelhecimento saudável, para que os idosos possam ter um bom convívio comunitário e, conseqüentemente, melhor qualidade de vida.

Dos 35 alunos que formam a turma, 30 são cuidadores em domicílio, e apenas cinco trabalham em instituições de longa permanência. Segundo Náuria Guimarães, que também coordena o curso, a opção por formar preferencialmente os cuidadores domiciliares foi um critério estabelecido próprio Ministério da Saúde. “Em geral, aqueles cuidadores que trabalham em instituições já tiveram acesso a algum tipo de qualificação, seja por meio de enfermeiros ou por auxiliares de enfermagem. Eles já possuem noções de como tratar os idosos.



Aula inaugural da primeira turma de cuidadores

Enquanto isso, o cuidador em domicílio faz seu trabalho com boa vontade, mas sem qualificação técnica. Daí a preferência por qualificar essas pessoas”, explica.

O curso tem duração de 160 horas e é dividido em 120 horas teóricas e 40 horas de dispersão. Durante a etapa teórica, os alunos aprendem o processo saúde-doença, a organização do cuidado em relação à prevenção, promoção e recuperação da saúde e as políticas sociais, com enfoque na saú-

de, assistência social e previdência social. De acordo com Teresinha Nogueira, o projeto do curso foi feito com a participação não apenas de profissionais de saúde, mas também de assistência social e educação. Isso porque, segundo Teresinha, a interseccionalidade permite um olhar integral às necessidades de formação dos cuidadores.

A aula inaugural, em 25 de março, contou com uma palestra da psicóloga Ethna Unbehau, que falou sobre ‘Constituição do sujeito – o ser humano’. De acordo com Náuria Guimarães, a psicóloga disse que o cuidador de idosos é um profissional mas é, antes de tudo, um sujeito que deve ser valorizado e ter suas relações de trabalho pautadas na ética e no respeito. Além de alunos e professoras da ETSUS, estiveram presentes a consultora da Secretaria de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde (SGTES/MS), Maria Aparecida Timo, e a coordenadora geral das ações técnicas da SGTES, Ena Galvão.

## ETSUS Bahia começa curso Técnico em Enfermagem para a comunidade

A Escola de Formação Técnica em Saúde Professor Jorge Novis (ETTS-BA) começou este mês duas turmas do curso Técnico em Enfermagem. O curso é voltado exclusivamente a pessoas da comunidade que ainda não trabalham no Sistema Único de Saúde (SUS). Ao todo, são 61 alunos.

Segundo a vice-diretora da Escola, Maria Ester Marinho, a ETTS sempre teve o hábito de abrir em seus cursos vagas para a comunidade, mas essa foi a primeira vez em que foi realizado um processo seletivo. “Até agora, os alunos

chegavam até nós por meio de indicações. Recentemente assumimos o compromisso de expandir essas vagas, mesmo porque sabemos que os cursos técnicos mais procurados na região são aqueles na área de saúde”, explica.

A seleção foi feita por meio de provas de português, matemática e conhecimentos gerais e era necessário ter o segundo grau completo. Maria Ester conta que a procura foi enorme. “Tivemos mais de 4.300 inscritos em apenas três dias”, diz, afirmando que a Escola deseja abrir outras turmas como essas.

“A ETSUS Bahia já ofereceu o curso técnico a quase todos os auxiliares de enfermagem do estado. Só não formamos aqueles que, por alguma razão, não quiseram fazer o curso. Agora, é tempo de formarmos também pessoas que ainda não trabalham no SUS e buscam qualificação para entrarem no mercado”, diz.

A aula inaugural foi realizada no dia 26 de maio e contou com uma palestra da superintendente de recursos humanos da Secretaria de Estado de Saúde, Isabela Pinto, que falou sobre controle social.

## EFOS forma mais de 2 mil ACS

A Escola de Formação em Saúde (EFOS/SC) terminou, em 4 de abril, a formação de 2.347 agentes comunitários de saúde (ACS) de Santa Catarina no primeiro módulo do curso técnico. Ao todo, foram formadas 86 turmas de 116 municípios. Os seis meses de curso tiveram momentos presenciais e de dispersão, sempre com acompanhamento de enfermeiros, dentistas, assistentes sociais e psicólogos. De acordo com a diretora da ETSUS, Leni Granzotto, agora os agentes estão prontos para oferecer um atendimento de melhor qualidade. “A partir de agora, os usuários do Sistema Único de Saúde terão acesso a um atendimento muito mais qualificado, já que os ACS foram bem preparados e poderão obter melhores resultados com seu trabalho”, diz.

Na solenidade de formatura, os agentes tiveram a oportunidade de



Encontro para avaliação na ETSUS

apresentar os planos de intervenção que fizeram durante o curso. A cerimônia contou com a presença de representantes da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, além de trabalhadores da EFOS.

No dia 14, a Escola realizou um encontro com os 17 coordenadores regionais, para que se fizesse uma avaliação do curso nos diversos municípios. Os participantes foram

divididos em grupos de trabalho, que discutiram os benefícios obtidos e as dificuldades encontradas durante o curso. Segundo Leni, a avaliação final foi positiva. “Falamos sobre alguns obstáculos que enfrentamos, como a dificuldade em reunir agentes de diferentes municípios para os momentos de concentração. Mas tivemos muito mais pontos positivos. O curso teve ótima aceitação por parte dos profissionais e dos gestores. Os

agentes percebem que o conhecimento adquirido realmente faz diferença no atendimento. Eles se consideram mais aptos a apontar soluções para os problemas da comunidade, entendem melhor os problemas existentes e encontram soluções melhores. Além disso, têm participado de conferências e reuniões e sentem-se mais valorizados”, afirma a diretora.

## ETSUS Tocantins participa de congresso de odontologia

A Escola Técnica de Saúde do Tocantins participou do 2º Congresso de Odontologia do estado, realizado entre 15 e 18 de maio. O Congresso, com o tema “Saúde bucal – um resgate à cidadania”, foi voltado a cirurgiões-dentistas, pesquisadores, técnicos em laboratório de prótese dentária, técnicos em higiene dental e auxiliares de consultório dentário.

Uma das mesas-redondas, com o tema ‘Profissão THD’, foi mediada pela coordenadora da ETSUS, Cristina Costa. A Escola também esteve presente na apresentação de trabalhos: a ex-aluna Raquel Borges, do pólo de Araguaína, falou sobre ação de preven-



Alunos da ETSUS durante o encontro

ção em saúde bucal junto ao programa ‘Pioneiros Mirins de Araguaína’.

O evento ainda contou com a participação de profissionais da ETSUS no atendimento a mais de 400 crianças da rede pública de ensino, na área de prevenção. De acordo com a

direção da Escola, professores e alunos planejaram durante cinco meses o desenvolvimento dessa ação educativa, que envolveu uma gincana, um teatro com fantoches e um ‘Museu da Boca’, com maquetes que explicavam a fisiologia da cavidade bucal. Toda a preparação para as atividades foi realizada em sala de aula.

O congresso foi promovido pela Associação Brasileira de Odontologia do Tocantins, em parceria com a ETSUS. De acordo com a presidente da ABO, Dione Lima Teixeira, o evento foi uma oportunidade para aprofundar estudos específicos e trocar experiências profissionais, além de fortalecer as relações entre profissionais e acadêmicos.



## Unimontes começa últimas turmas de ACS

A Escola Técnica de Saúde do Centro de Ensino Médio e Fundamental da Unimontes (MG) começou, em maio e abril, 28 turmas do primeiro módulo do curso Técnico em

Agente Comunitário de Saúde. Ao todo, são 786 alunos distribuídos em 13 núcleos.

Segundo a coordenadora pedagógica do curso, Simária Soares, essa é a quarta fase de execução do primeiro módulo pela Escola, que se comprometeu, em 2005, a formar os agentes comunitários de saúde (ACS) do leste-baixo Jequitinhonha, centro-oeste e norte de Minas Gerais. “Com isso, todos os 4.118 ACS que deveríamos formar irão terminar o primeiro módulo”, comemora. Mas, de acordo com ela, isso não significa que a Escola vai conseguir formar todos os agentes da região. “Esse era o número de ACS que havia na época em que fechamos o projeto com o Ministério da Saúde. Mas, desde então, aumentou



Capacitação para professores na Unimontes

significativamente o número de agentes nos municípios, enquanto o número-limite que o projeto previa não pôde ser alterado. Assim, muitos continuam sem formação”, lamenta.

A coordenadora geral, Janete de Sousa, estima que, hoje, cerca de 1.500 ACS da região não tenham feito o curso. “Só em Montes Claros, o número passou de 145 agentes em 2005 para mais de 300 em 2008. Isso significa que 155 ACS do município, que estavam fora da conta inicial, não conseguiram fazer o curso”, explica. Simária conta que, para conseguir completar a formação dos agentes, será necessário pedir ao Ministério da Saúde um aditivo de tempo e despesas. “Esperamos que isso seja logo resolvido”, diz.

Para dar conta dos quase 800 alunos que serão formados nessa etapa, a Escola realizou duas oficinas de capacitação pedagógica: uma em Teófilo Otoni, com os profissionais que atuarão nos núcleos descentralizados,

e outra em Montes Claros. Ao todo, foram qualificados 250 profissionais – enfermeiros, médicos, psicólogos, fisioterapeutas, farmacêuticos e dentistas – para atuarem como docentes, coordenadores locais e auxiliares administrativos.

Além de apresentar o funcionamento da Escola, as oficinas tiveram um outro objetivo. Segundo Janete, os encontros também foram usados para que os coordenadores regionais explicassem o funcionamento do curso em cada município. “Eles se encarregaram de mostrar como as atividades práticas e teóricas vêm sendo desenvolvidas e com que propósitos. Queríamos mostrar a importância dessas atividades para os agentes comunitários e para a comunidade em geral”. Para a coordenadora de São João da Ponte, Renata Mendes, o maior benefício relatado pelos alunos é o desenvolvimento de um olhar crítico sobre os assuntos. “Depois de formados, eles se baseiam em conhecimentos técnicos e científicos para desenvolverem suas atividades. Não estão mais ‘treinados’, e sim capacitados para fazer seu trabalho. Isso faz com que se sintam mais motivados a trabalhar”, afirmou a coordenadora, durante a capacitação pedagógica.

## ETSUS Alagoas contra a dengue

O último dia 12 de maio foi decretado ‘Dia D contra dengue’ pelo governo de Alagoas. A Escola Técnica de Saúde Professora Valéria Hora (AL) resolveu aderir à campanha e promoveu nessa data uma palestra voltada a todos os profissionais da instituição. De acordo com a vice-diretora da ETSUS, Tânia Araújo, a palestra foi dada por três alunas do curso Técnico

em Enfermagem: Joana de Souza, Juliana da Silva e Gabriela Ferreira. “A equipe técnica da Escola entrou em contato com as turmas solicitando voluntários e as três se ofereceram. Durante o seminário, elas tiraram dúvidas dos funcionários sobre a doença, falaram sobre aspectos epidemiológicos e medidas de prevenção e ainda distribuíram material educativo. Foi

um trabalho muito interessante”, avalia Tânia.



Alunas falam sobre a dengue

## Mais 314 ACS formados pela ESP-MG

Cerca de 800 pessoas assistiram à colação de grau dos 314 agentes comunitários de saúde (ACS) das regiões centro-sul, noroeste, oeste e Barreiro de Belo Horizonte, formados pela Escola de Saúde Pública de Minas Gerais (ESP-MG). A cerimônia foi realizada em 30 de abril, no Minas Centro, e contou com a presença do secretário municipal de Saúde, Helvécio Miranda. De acordo com ele, a parceria entre a Escola e a prefeitura fortalece a política de recursos humanos para o Sistema Único de Saúde (SUS). “A ESP-MG é um patri-mônio da saúde pública para o Estado. Nossa parceria é um marco importante para a caminhada rumo à qualificação do SUS em Belo Horizonte, e essa iniciativa é de ex-



Salão lotado para formatura da ESP-MG

trema qualidade, pois é realizada de acordo com a realidade da saúde do nosso município”, disse Helvécio.

Durante a cerimônia, o vice-diretor da ETSUS, Henrique Badaró, falou sobre o papel da Escola no processo de ensino-aprendizagem e so-

bre os desafios da formação. “Apostamos na construção coletiva e participativa do conhecimento, o que é um grande desafio para a educação voltada para o serviço público de qualidade”, afirmou.

Para Alexandre Maximiliano, agente da regional centro-sul, o curso foi importante para unir a prática profissional ao conhecimento teórico. “Antes, realizávamos nossas atividades sem compreender o processo de trabalho. Agora, entendemos

nosso fazer profissional. Isso nos traz grande reconhecimento, tanto por parte dos outros profissionais de saúde como também dos usuários que visitamos todos os dias. E a qualidade do serviço melhora”, afirma.

## Unimontes forma cuidadores de idosos

A Escola Técnica de Saúde do Centro de Ensino Médio e Fundamental da Unimontes (MG) formou no fim de março uma turma de 33 alunos do curso de Qualificação do Cuidador de Pessoas Idosas com Dependência. O curso, que durou três meses, foi dividido em 120 horas de aulas teóricas e 40 horas de atividades práticas desenvolvidas nos asilos de Montes Claros. Em maio, a ETSUS realizou a cerimônia de formatura, com a presença de funcionários da Escola, do presidente do Conselho Municipal do Idoso de Montes Claros, Rildo de Oliveira, e de diretores dos asilos que atuaram como parceiros.

Ao fim do curso, os alunos e a equipe técnica se reuniram para fazer

uma avaliação geral. Segundo a coordenadora do curso, Jacqueline Lima, uma das dificuldades citadas nesse momento foi a diferença na formação acadêmica dos alunos, que variava entre o nível fundamental e o superior. Isso gerou alguns problemas no ritmo das aulas, mas, de acordo com o relatório final da avaliação, os professores conseguiram valorizar essa diversidade e fazer aulas dinâmicas e produtivas.

A restrição orçamentária também foi citada, e a carga horária do curso foi considerada insuficiente para a quantidade de assuntos abordados: na parte teórica, falou-se sobre aspectos demográficos da população idosa, processo natural de

envelhecimento, relação interpessoal entre cuidador e idoso, entendimento dos agravos do envelhecimento e promoção de práticas saudáveis, a família e a assistência social, prevenção e primeiros-socorros.

Apesar dos problemas apontados, a avaliação foi positiva. “Isso ficou claro pelo excelente retorno das instituições de longa permanência onde os alunos realizaram suas atividades práticas e pelo alto índice de satisfação dos alunos, que chegaram a perguntar pela continuidade do curso”, conta Simária Soares, coordenadora pedagógica. A repercussão levou a ETSUS a criar uma lista de espera para a formação de uma nova turma.



## procura

A Escola Técnica de Saúde Pública de Pernambuco (Esteppe) está desenvolvendo uma pesquisa cujo tema é ‘Problematização e ensino-serviço: perspectivas avaliativas na Esteppe’, com o objetivo de implantar um processo de avaliação sistemática dos seus cursos. Os instrumentos de avaliação foram construídos visando o curso de Auxiliar de Consultório Dentário e a pesquisa vai se estender até junho, mas a ETSUS ainda não teve condições de validá-la, porque ainda não iniciou cursos esse ano.

A Escola deseja saber se existe interesse de outras ETSUS para conhecer o processo de avaliação e aplicá-lo em seus cursos, para que a pesquisa possa ser concluída.

## Exposição sobre o SUS na ETESB



Alunos da ETESB com seus fantoches

As turmas dos cursos Técnico em Saúde Bucal e Técnico em Enfermagem da Escola Técnica de Saúde de Brasília (ETESB) participaram em abril da ExpoSUS, evento organizado anualmente pela Escola desde 2006. Este ano, o tema da exposição foi ‘Vamos, juntos, descobrir os caminhos do Sistema Único de Saúde (SUS)’.

Os 70 alunos foram divididos em grupos e apresentaram trabalhos sobre ‘Princípios e diretrizes do SUS’, ‘Saúde e meio ambiente’, ‘As políticas públicas de saúde’, ‘Humanização e integralidade na atenção’, ‘Gestão participativa’ e ‘Estratégia de Saúde da Família’, entre outros assuntos. Segundo a direção da Escola, as atividades realizadas na exposição fazem com que os alunos exercitem não apenas os conteúdos progra-

máticos dos cursos, mas também o trabalho em equipe, a pesquisa e a criatividade. “Na ExpoSUS não são feitas palestras. Nós montamos diversos estandes e os alunos usam esses espaços para apresentar seus temas através de maquetes, teatro de fantoches e exposições fotográficas. Quando os visitantes se aproximam, são feitas as explicações verbais”, conta a diretora da ETSUS, Fernanda Moura.

De acordo com ela, os trabalhos este ano homenagearam personalidades que contribuíram para formar uma visão ampliada de saúde, como Izabel dos Santos, Sergio Arouca e Oswaldo Cruz. “De acordo com os temas tratados, cada grupo citou pelo menos um personagem importante para a história da saúde no nosso país”, diz Fernanda.

A Escola estima que cerca de 200 pessoas tenham visitado a exposição. Além de funcionários da ETSUS, alunos de outros cursos e pessoas da comunidade em geral, esteve presente o secretário de saúde de Brasília, José Geraldo Maciel.

### Erramos:

Na edição passada, na nota ‘ETSUS Bahia começa dois novos cursos em parceria com a EPSJV’, o nome do curso CETRPIS é Curso de Especialização Técnica em Registros e Produção de Informações em Saúde. Na mesma nota, o Curso de Especialização em Informação e Saúde para o Nível Médio foi feito pela primeira vez há nove anos, e não há 22 anos, como foi publicado.